

L       E       I       nº 3.039/2010

Data : 15 de junho de 2010.

Súmula: Estabelece regras sobre a conscientização da população local sobre a Dengue e define diretrizes sobre o uso do poder de polícia na disciplina do tema, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L       E       I

Art. 1º - A presente lei estabelece diretrizes para conscientizar a população do Município de Bandeirantes(PR), - pessoas físicas e jurídicas, inclusive - acerca da importância de sua efetiva participação na prevenção e no combate à erradicação do mosquito causador da Dengue, dispondo sobre ações que contribuam com a sua erradicação.

Parágrafo Único - Entende-se por mosquito causador da dengue o díptero do genero Aedes, e suas espécies transmissoras do vírus da dengue.

Art. 2º - O Poder Executivo, tendo em vista o bem-estar da população, poderá desempenhar ações de polícia administrativa no intuito de eliminar os criadouros e focos do mosquito transmissor desta enfermidade, tanto nas zonas urbanas, quanto nas zonas rurais.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei, define-se:

- I - criadouro - qualquer recipiente natural ou artificial com coleção líquida;
- II - coleção líquida - qualquer quantidade de água estagnada;
- III - foco - criadouro onde são encontradas as formas imaturas do mosquito causador da Dengue.

Art. 3º - Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acúmulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação dos vetores causadores da Dengue.

Art. 4º - Ficam os responsáveis;

- a) Por borracharias, empresas de recauchutagem, desmanches, depósitos de veículos e outros estabelecimentos afins, obrigados a adotar medidas que visem a evitar a existência de criadouros dos vetores;
- b) Por cemitérios obrigados a exercer rigorosa fiscalização em suas áreas, determinando a imediata retyrada de quaisquer vasos ou recipientes que contenham ou retenham água em seu interior;
- c) Por obras de construção civil e por terrenos obrigados a adotar medidas tendentes à drenagem permanente de coleções líquidas, originadas ou não por chuvas, bem como à limpeza das áreas sob sua responsabilidade, providenciando o descarte de materiais inservíveis que possam acumular água.

- d) Por imóveis dotados de piscinas, obrigados a manter tratamento adequado de água de forma a não permitir a instalação ou proliferação de mosquitos;
- e) Por residências, estabelecimentos comerciais, instituições públicas e privadas ou terrenos, nos quais existam caixas d'água, obrigados a mantê-las permanentemente tampadas, com vedação segura, impeditiva da proliferação de mosquitos.

Art. 5º - A Administração Pública Municipal, por meio de seus órgãos competentes, de saúde, fiscalização e vigilância sanitária, fiscalizarão o pleno cumprimento do presente dispositivo legal.

Parágrafo Único - Os entes de que trata o caput deste artigo poderão realizar vistorias nos imóveis das pessoas físicas e jurídicas com o intuito de verificar a ocorrência de locais que possam ser propícias para a reprodução do mosquito.

Art. 6º - É dever de todo cidadão apontar e relatar aos órgãos públicos competentes situações de risco, locais onde exista água parada ou quaisquer outros locais propícios à reprodução do mosquito, garantido o sigilo das informações.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Saúde, por meio de seu órgão fiscalizador, coordenar a apuração das ocorrências de que trata o caput do presente artigo.

Art. 7º - A autoridade competente constatando a presença de focos do mosquito, lavrará Auto de Infração.

§ 1º - Entende-se por autoridade competente para os fins deste artigo o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - O primeiro Auto de Infração, de caráter educativo, terá forma de Notificação, devendo ser acompanhado de orientação de como proceder para a imediata eliminação dos eventuais riscos, e quais as medidas a serem tomadas para que se previnam ocorrências de novos focos do mosquito.

§ 3º - Havendo a reincidência, será lavrado Auto de Infração com aplicação de multa, que será graduada em leve, moderada e grave, dependendo do número de focos encontrados.

I - infração leve: quando detectada a presença de 01 (um) a 02 (ois) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

II - infração moderada: de 03 (três) a 04 (quatro) focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

III - infração grave: de 05 ou mais focos do mosquito vetor na fase de ovo, larva ou pupa.

Art. 8º - As penalidades para as infrações descritas no parágrafo 3º do artigo anterior são as seguintes:

I - infrações leves, multa de 05 UPF/PR

II - infrações moderadas, multa de 08 UPF/PR

III - infrações graves, multa de 10 UPF/PR

§ 1º - O infrator do presente dispositivo legal, poderá recorrer das multas previstas nos incisos deste artigo até a data de vencimento das mesmas.

§ 2º - Nos casos em que após a aplicação das multas previstas neste artigo, ainda forem encontrados novos focos do mosquito, as multas serão aplicadas em dobro, triplo, quádruplo, consecutivamente.

§ 3º - A arrecadação proveniente das multas previstas nesta lei será destinada, integralmente, na realização de ações de combate à Dengue.

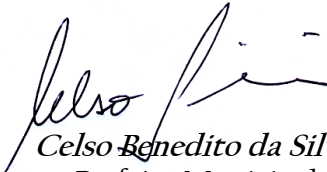
Art. 9º - Nos casos em que as autoridades competentes, assim definidas conforme § 1º do artigo 7º da presente lei, constatarem criadouros nos imóveis, deverão apresentar notificação, conforme § 2º do artigo 5º ao proprietário ou possuidor do local.

Parágrafo Único - Após a notificação prevista no caput, havendo constatação de focos do mosquito no mesmo imóvel, serão aplicadas diretamente as infrações previstas no artigo 8º da presente lei.

Art. 10º - Secretaria Municipal de Saúde deverá manter serviço permanente de esclarecimentos à população sobre as formas de prevenção à Dengue.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 15 de junho de 2010.



Celso Benedito da Silva  
Prefeito Municipal